

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO, PESQUISA, PÓS-
GRADUAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO - AGEUFMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO E INSTITUIÇÕES DO SISTEMA
DE JUSTIÇA - PPGDIR

WALTER CARLITO ROCHA JÚNIOR

**LIMITES E IMPLICAÇÕES JURÍDICAS ENTRE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E
AS *FAKE NEWS* NA SEARA ELEITORAL:** uma análise da legislação e
jurisprudência brasileiras.

São Luís
2024

WALTER CARLITO ROCHA JÚNIOR

**LIMITES E IMPLICAÇÕES JURÍDICAS ENTRE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E
AS FAKE NEWS NA SEARA ELEITORAL: uma análise da legislação e
jurisprudência brasileiras.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito e Instituições do Sistema de Justiça da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Carvalho Veloso.

São Luís

2024

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Rocha Junior, Walter Carlito.

Limites e Implicações Jurídicas Entre A Liberdade de Expressão e Às Fake News Na Seara Eleitoral : Uma Análise da Legislação e Jurisprudência Brasileiras / Walter Carlito Rocha Junior. - 2024.

207 f.

Orientador(a): Roberto Carvalho Veloso.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Direito e Instituições do Sistema de Justiça/ccso, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.

1. Liberdade de Expressão. 2. Implicações Jurídicas. 3. Fake News. 4. Legislação. 5. Jurisprudência Brasileira. I. Veloso, Roberto Carvalho. II. Título.

WALTER CARLITO ROCHA JÚNIOR

**LIMITES E IMPLICAÇÕES JURÍDICAS ENTRE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E
AS FAKE NEWS NA SEARA ELEITORAL: uma análise da legislação e
jurisprudência brasileiras.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito e Instituições do Sistema de Justiça da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Roberto Carvalho Veloso (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Rafael Campos Soares da Fonseca
Centro Universitário Unieuro

Prof. Dr. Marco Aurélio Pinto Florêncio Filho
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Aos meus filhos, Walter Carlito Rocha Neto e Miguel Ângelo Pianco Rocha, por reforçar em mim a crença na divindade e a esperança na humanidade.

AGRADECIMENTOS

A Deus, toda honra e toda a glória, agora e para todo o sempre, oportunidade em que rendo graças ao senhor por estar sempre comigo em todos os momentos, especialmente naqueles em que reputei os mais difíceis. Nunca tive tudo o que queria, mas sempre recebi tudo o que precisava.

Aos meus pais, Walter Carlito Rocha e Maria do Perpétuo Socorro de Sá Rocha, por minha existência, criação e educação, sem as quais seguramente essa e outras realizações acadêmicas, profissionais e pessoais não seriam possíveis. Obrigado por tudo, hoje e sempre.

Aos meus filhos, Walter Carlito Rocha Neto e Miguel Ângelo Pianco Rocha, por serem os maiores responsáveis por me sentir cada dia mais vivo e disposto, afinal de contas, são deles que busco inspiração e motivação para as lutas diárias. Cada sorriso e abraço deles é a certeza de que a desistência de meus sonhos não é uma opção. Vivo por eles e para eles, os grandes amores de minha vida. A concretização desse trabalho é a forma de me penitenciar do tempo que lhes subtraí.

Aos meus irmãos e a toda a minha família que sempre acreditaram em nosso potencial e muitas vezes sabiam até mais do que eu mesmo que este momento se tornaria possível.

Ao meu professor-orientador, Dr. Roberto Carvalho Veloso, pelo exemplo, trajetória, orientação segura e motivação em todos os momentos dessa jornada acadêmica que culminou com a elaboração deste trabalho.

Aos professores componentes de minha banca de qualificação e defesa final da dissertação de Mestrado em Direito da UFMA, doutor Rafael Campos Soares da Fonseca e o doutor Marco Aurélio Pinto Florêncio Filho que prontamente aceitaram o convite e dispuseram boa parte de seu tempo para esse encontro acadêmico, apresentando contribuições inestimáveis para o resultado final deste trabalho.

Ao estimado autor e amigo, Paulo Brasil Menezes nosso reconhecimento pela sua obra *fake news*, modernidade, metodologia e regulação que é referência para os que navegam nessa área do Direito comunicacional e por sua disponibilidade em dividir conosco seus conhecimentos em muitas ocasiões nas quais se mostrou muito solícito, sempre com muitas informações que seguramente vão constar das próximas edições da referida obra.

Aos amigos, docentes e discentes que construí ao longo dessa jornada acadêmica, com os quais aprendi muito, deixo aqui o meu reconhecimento e o desejo de que um dia a gente volte a se encontrar para novos desafios acadêmicos e científicos.

Aos estimados amigos que fazem parte do grupo polícia civil do Maranhão, especialmente a classe dos Delegados de Polícia, saibam que é por vocês também que estou nesse campo de batalha, para dar visibilidade àqueles que se sacrificam pela sociedade e muitas vezes não tem o justo reconhecimento. É por vocês também que estou aqui e espero ter feito uma boa figura, representando a minha categoria profissional. Em toda a minha jornada acadêmica, fosse na condição de discente ou docente, de certa maneira, era o Delegado que estava lá.

Enfim, gostaria de agradecer a tantas outras pessoas, inclusive nominalmente, mas não quero ser deselegante, por receio de ser traído pelo esquecimento com àqueles que conheci nesse caminho e tornaram a concretização desse trabalho científico possível.

Sobra emoção e faltam palavras para externar toda a minha gratidão a todos vocês. Recebam os meus sinceros agradecimentos.

“Não há liberdade de expressão quando o seu exercício puder resultar no próprio extermínio da liberdade de expressão”.

Karl Popper

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral de pesquisa, perquirir em que medida a legislação e jurisprudência brasileiras são suficientes para a resolução da tensão entre a liberdade de expressão e a propagação de *fake news* na seara eleitoral. Foi utilizado o método indutivo, possibilitando uma conexão ascendente a partir de situações específicas para chegarmos a uma conclusão mais geral, ao mesmo tempo em que trabalhamos uma perspectiva sociojurídico-crítica no âmbito da pesquisa, por intermédio do procedimento jurídico-descritivo, utilizando como técnica de pesquisa, fontes documentais e bibliográficas, notadamente leis, jurisprudências, resoluções, portaria, livros, artigos científicos e tese. A hipótese sustentada, cujos resultados vieram a se confirmar ao final da pesquisa é o de que o ordenamento jurídico brasileiro sinaliza para a imposição de regulação das redes sociais, por meio de lei, como forma de estabelecer limites à liberdade de expressão e minimizar os efeitos das fake News na opinião pública e com isso garantir a lisura do processo eleitoral como expressão legítima da vontade popular. O lapso temporal está adstrito a partir do ano eleitoral de 2018 até os dias atuais e o recorte legislativo passa pelas leis que alcançam a temática das fake news no país, além do Marco Civil da Internet, ao passo que o recorte jurisprudencial se prende aos julgados do Supremo Tribunal Federal (STF), além das resoluções do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A pesquisa tem como referencial teórico Robert Alexy a partir de suas construções acerca dos direitos fundamentais e aqui, em particular, a liberdade de expressão, ao passo que em relação a temática secundária referente às redes sociais e fake news, fizemos uma revisão de literatura buscando referências em autores e obras mais atuais. A importância da presente pesquisa científica reside no fato de reconhecer que a desinformação, as *fake news*, o discurso de ódio e antidemocrático, comprometem sobremaneira a lisura do processo democrático, viciando o pleito eleitoral e a vontade popular, ao mesmo tempo em que constatamos uma verdadeira mudança de paradigma, proporcionada pela revolução digital.

Palavras-chave: liberdade de expressão; implicações jurídicas; *fake news*; legislação e jurisprudência brasileiras.

ABSTRACT

The present work has the general research objective of investigating the extent to which Brazilian legislation and jurisprudence are sufficient to resolve the tension between freedom of expression and the spread of fake news in the electoral field. The inductive method was used, enabling an upward connection from specific situations to reach a more general conclusion, at the same time that we worked on a socio-legal-critical perspective within the scope of the research, through the legal-descriptive procedure, using as a technique research, documentary and bibliographic sources, notably laws, jurisprudence, resolutions, ordinances, books, scientific articles and thesis. The sustained hypothesis, whose results were confirmed at the end of the research, is that the Brazilian legal system signals the imposition of regulation of social networks, through law, as a way of establishing limits to freedom of expression and minimizing the effects of fake news in public opinion and thereby guaranteeing the fairness of the electoral process as a legitimate expression of the popular will. The time lapse is limited from the 2018 election year to the present day and the legislative section includes the laws that cover the issue of fake news in the country, in addition to the Marco Civil da Internet, while the jurisprudential section is linked to the judgments of the Federal Supreme Court (STF), in addition to the resolutions of the Superior Electoral Court (TSE). The research has Robert Alexy as a theoretical reference based on his constructions about fundamental rights and here, in particular, freedom of expression, while in relation to the secondary theme regarding social networks and fake news, we carried out a literature review seeking references to more current authors and works. The importance of this scientific research lies in the fact that it recognizes that misinformation, fake news hateful and anti-democratic speech, greatly compromise the fairness of the democratic process, vitiating the electoral election and the popular will, at the same time that we confirm a true paradigm shift, brought about by the digital revolution.

Keywords: freedom of expression; legal implications; fake news; brazilian legislation and jurisprudence.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADPF	- Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
AIJE	- Ação de Investigação Judicial Eleitoral
AP	- Ação Penal
CADH	- Convenção Americana de Direitos Humanos
CDC	- Código de Defesa do Consumidor
CE	- Código Eleitoral
CF	- Constituição Federal
CIEDDE	- Centro Integrado de Enfrentamento à Desinformação e Defesa da Democracia
CPB	- Código Penal Brasileiro
CP	- Código Penal
CPP	- Código de Processo Penal
DUDH	- Declaração Universal dos Direitos Humanos
ECHR	- Convenção Europeia de Direitos Humanos
FOIA	- <i>Freedom of Information Act</i>
IA	- Inteligência Artificial
LAI	- Lei de Acesso à Informação
LC	- Lei Complementar
MJSP	- Ministério da Justiça e Segurança Pública
OAB	- Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	- Organização das Nações Unidas
PCdoB	- Partido Comunista do Brasil
PEC	- Proposta de Emenda Constitucional
PIDCP	- Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos
PGR	- Procuradoria Geral da República
PIC	- Procedimento Investigatório Criminal
PIDCP	- Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos
PL	- Projeto de Lei
RISTF	- Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal
SENACON	- Secretaria Nacional do Consumidor
STF	- Supremo Tribunal Federal
TRE	- Tribunal Regional Eleitoral
TSE	- Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	ENTRE LIBERDADE DE EXPRESSÃO E AS <i>FAKE NEWS</i>	23
2.1	A livre manifestação do pensamento, liberdade de expressão, opinião, informação, comunicação e de imprensa: considerações gerais, conceito, distinções e previsão legal	24
2.1.1	Considerações gerais	25
2.1.2	Conceitos e distinções	34
2.1.3	Previsão legal	43
2.2	<i>Fake news</i> e sua aproximação com <i>deep fake</i> e desinformação: considerações gerais, concepções, características, conceitos e distinções	52
2.2.1	Considerações gerais	53
2.2.2	Concepções	58
2.2.3	Características das <i>fake news</i>	61
2.2.4	Conceitos e distinções	67
2.3	O embate entre a liberdade de expressão e as <i>fake news</i> na seara eleitoral	75
2.3.1	O poder político e a instrumentalização das redes sociais e serviços de mensageria privada nas eleições.....	76
2.3.2	Redes sociais, mensageria privada e a propaganda eleitoral.....	83
2.3.3	O papel da Justiça Eleitoral a serviço da democracia no combate a desinformação e ao discurso de ódio nas eleições.....	90
3	LIMITES À LIBERDADE DE EXPRESSÃO E IMPLICAÇÕES JURÍDICAS EM DECORRÊNCIA DE SEU ABUSO	97
3.1	Limites à liberdade de expressão: considerações iniciais, situações específicas que relativizam a liberdade de expressão e o estudo sobre os limites à liberdade de expressão em alguns países	98
3.1.1	Considerações iniciais	98
3.1.2	Situações específicas que relativizam a liberdade de expressão	102
3.1.3	Estudo sobre os limites à liberdade de expressão em alguns	

	países	111
3.2	Implicações jurídicas ao violador da liberdade de expressão	114
3.2.1	A responsabilidade civil.....	115
3.2.2	A responsabilidade consumerista	116
3.2.3	A responsabilidade administrativa	117
3.2.4	A responsabilidade criminal	118
3.2.5	A responsabilidade eleitoral	123
3.3	Regulação das redes sociais: considerações gerais, regulação em alguns países e Projeto de Lei nº 2.630/2020.....	124
3.3.1	Considerações gerais	125
3.3.2	Regulação em alguns países.....	130
3.3.3	Projeto de Lei nº 2630/20 em tramitação na Câmara dos Deputados.....	135
4	ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRAS E OS DESAFIOS DO COMBATE À DESINFORMAÇÃO	141
4.1	Estudo das leis e demais atos normativos	142
4.1.1	Marco Civil da internet	142
4.1.2	Portaria nº 351/2023 do Ministério da Justiça e Segurança Pública ...	146
4.1.3	Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral atinentes a Propaganda Eleitoral e a liberdade de expressão	148
4.2	Crimes previstos no Código Eleitoral relacionados ao abuso na liberdade de expressão	155
4.2.1	Divulgação de fatos inverídicos na propaganda	157
4.2.2	Injúria Eleitoral	161
4.2.3	Difamação Eleitoral	162
4.2.4	Calúnia Eleitoral	163
4.2.5	Denúnciação Caluniosa Eleitoral	164
4.3	A Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal relacionada à liberdade de expressão	168
4.3.1	Liberdade de expressão e limites	171
4.3.2	<i>Fake news</i>	173
4.3.3	Liberdade de expressão dos agentes políticos	177

4.3.4	Liberdade de expressão no ambiente universitário.....	179
4.3.5	Liberdade de Imprensa	180
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	184
	REFERÊNCIAS	195